

Brasília, 30 de julho de 2020.

Ao Senhor
General EDUARDO PAZUELLO
Ministro de Estado da Saúde interino

Assunto: **Solicitação.**

Senhor Ministro,

Sabe-se pouco ainda sobre o novo coronavírus, mas sabe-se cada vez mais em relação a ontem. Sabe-se que o tratamento adequado deve ser conduzido de imediato, para evitar o agravamento. Sabe-se que a contaminação ocorre de maneira desigual, atingindo primeiro algumas regiões e depois outras. Mas sabe-se também que a cooperação interfederativa é um fator decisivo para tomada de decisão conjunta e para o êxito da nossa empreitada.

Assim, é cada vez mais indispensável que articulemos estratégias – as já conhecidas e novas estratégias – para que o enfrentamento ao vírus seja imediato, e eficiente. O número de vidas perdidas ao longo da crise sanitária nos coloca diante de impasses em torno do que fazer, como fazer, onde e quando fazer. No entanto, alguns pontos já se revelam prioritários nessa jornada.

Priorizar a aquisição de medicamentos para sedação para os estados com números alarmantes de contaminação, tanto para pacientes Covid, como não-Covid, a fim de garantir a realização de outras cirurgias em espera no SUS, bem como os procedimentos adequados para os contaminados pela Covid-19.

Estimular a capacitação das vigilâncias, qualificando seu corpo técnico e discutindo novas modalidades de atuação, em rede, integradas com a atenção primária, seria uma resposta razoável para os estados brasileiros que caminham para a estabilização ou queda das suas taxas de letalidade e número geral de casos ativos.

Um outro aspecto fundamental é a garantia do financiamento da ampliação da estrutura e das unidades hospitalares abertas durante a pandemia. Seu perfil a médio e longo prazo, bem como o seu financiamento pleno devem ser pensados levando-se em consideração que a ampliação dos leitos públicos se deu a partir de sua conhecida insuficiência. Ainda assim, na pandemia, foi o SUS o nosso principal anteparo em relação aos leitos clínicos e de UTI. O investimento nessa nova estrutura nunca é desperdício, e precisa ser entendido como imprescindível.

Desta feita, tendo em vista a realização da assembleia geral do CONASS na tarde de ontem, da qual Vossa Excelência nos deu a honra de participar, apresentamos a seguir as principais pautas enumeradas pelo conjunto dos secretários estaduais de saúde:

(FPCB/ASTEC)

1. A necessidade de se pautar a discussão tripartite sobre a retomada das ações regulares, descontinuadas em razão da emergência determinada pela pandemia, tais como as relacionadas a tratamentos oncológicos descontinuados; cirurgias eletivas; investimentos para ampliação da rede assistencial em determinados estados, dentre outras;

2. A discussão sobre o cadastramento e financiamento permanentes de parte dos leitos de UTI instalados para a pandemia, que deverão continuar a existir, até mesmo em função do déficit crônico desse tipo de serviço, constantemente demandado por processos de judicialização em praticamente todo o território nacional. Impõe-se, ainda, a discussão sobre os valores pagos por esses serviços, sabidamente aquém dos custos reais, que têm exigido a complementação financeira por parte dos estados, que arcam com mais de 50,5% dos custos de manutenção dos gastos hospitalares, enquanto que o Ministério da Saúde responde por 36% e os municípios por 14% desses gastos (Fonte: Mendes, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS, p.678).

3. A preocupação com respeito à ausência da previsão de habilitação de leitos de UTI pediátrica COVID19; as inquietações sobre possíveis lacunas temporais, com reflexo financeiro, nas prorrogações de habilitação desses leitos e, ainda, a inconveniência da renovação a cada 30 dias, o que gerará um imenso trabalho, tanto no Ministério da Saúde, quanto nas secretarias estaduais (vide Ofício CONASS 289, de 27 de julho corrente).

4. A permanente inquietação com respeito ao desabastecimento nacional dos medicamentos para intubação, apesar dos esforços já empreendidos. Ao que parece, apenas a compra pela ata nacional de registro de preços, em processo de finalização, não será capaz de garantir o fornecimento do quantitativo necessário, haja vista as quantidades reduzidas já ofertadas por alguns dos fornecedores até o momento.

Sem prejuízo de outras pautas que se revelem necessárias, em sua avaliação, pedimos a costumeira atenção para o encaminhamento dessas questões, com a brevidade que elas requerem.

À oportunidade, renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LULA
Presidente